

PROFESSORES DAS ESCOLAS RURAIS EM PORTO VELHO/RO: SABERES E AÇÕES PEDAGÓGICAS

Josemir Almeida Barros (Universidade Federal de Rondônia - UNIR – Brasil)

Este texto resulta do desdobramento de nossas ações junto ao grupo de investigadores que enfatizam a temática do ensino rural no município de Porto Velho, município brasileiro situado na margem direita do Rio Madeira no Estado de Rondônia na Região Amazônica do Brasil. O município de Porto Velho teve sua situação política, administrativa e social consolidada por meio da Lei Nº 752, de 2 de outubro de 1914, sancionada em 24 de janeiro de 1915. Porto Velho tem significativa dimensão territorial, além de área de influência comercial que alcança extensões do Mato Grosso, Amazonas, Acre e Bolívia. Porto Velho compõe o denominado Território Federal do Guaporé criado pelo Decreto Lei Nº 5.812, de 13 de setembro de 1943 e formado por terras do Amazonas e Mato Grosso. Em 1956, com a Lei Nº 2.731 o Território Federal do Guaporé passou a ser denominado Território Federal de Rondônia. Com a Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981, ocorreu a criação do Estado de Rondônia. O recorte temporal da pesquisa é de 1943 com a criação do Território Federal do Guaporé a 2016 quando foi instituída pelo Estado a proposta de mediação tecnológica no meio rural com vistas a “facilitar” o acesso dos estudantes das áreas rurais às escolas. Consultando os censos demográficos sobre a evolução da população de Rondônia constatamos que em 1950 havia na área rural 23.119 pessoas e na área urbana 13.816 pessoas. Em 1970 havia na área rural 51.500 pessoas e na área urbana 56.564 pessoas. Já em 1980 havia 362.548 pessoas na área rural e 400.340 pessoas na área urbana. Essa realidade nos permite inferir que o expressivo contingente populacional na área rural pressupunha ações e/ou políticas públicas no campo da educação para o melhor atendimento escolar. Nessa perspectiva, o objetivo da pesquisa foi analisar o estatuto sócio profissional dos professores primários rurais e compreender parte dos processos formativos, dos modos de recrutamento, da carreira, dos salários e das condições de trabalho. O processo metodológico ancorou-se nos testemunhos como mencionado por Bloch (2001) e contou com atividades empíricas para a coleta de fontes históricas produzidas pelas administrações públicas, a exemplo de relatórios estatísticos, leis e demais publicações. Foram realizadas entrevistas com professores e funcionários das secretarias de educação, matérias bibliográficas, fotografias e mensagens que circularam em periódicos da imprensa local. Constatamos que a situação na qual as escolas rurais brasileiras foram criadas, contando quase sempre com professores leigos que não possuíam formação adequada para a atuação no magistério, não viabilizou ações pedagógicas necessárias para uma educação que atendesse satisfatoriamente às populações rurais brasileiras com asseverou Barros (2013).

Palavras-chave: Professores rurais; escolas rurais; ações pedagógicas;